



Conselho Nacional de Justiça

Memória de Reunião

COMISSÃO PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Data	Horário	Local
3/11/2015	10h	2º andar – Sala de Reuniões da Presidência I (213)

Participantes (presencial)	Telefone/e-mail
Gustavo Tadeu Alkmim – Conselheiro CNJ, Presidente da Comissão	(61) 2326-4904 gustavo.alkmim@cnj.jus.br
Carlos Augusto de Barros Levenhagen – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4579 carlos.levenhagen@cnj.jus.br
Bruno Ronchetti de Castro – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4576 bruno.ronchetti@cnj.jus.br
Fernando Cesar Baptista de Mattos – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4578 fernando.mattos@cnj.jus.br
Carlos Eduardo Oliveira Dias – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4574 carlos.dias@cnj.jus.br
Luiz Cláudio Silva Allemand – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4559 allemand@cnj.jus.br
Emmanoel Campelo de Souza Pereira – Conselheiro CNJ, Membro da Comissão	(61) 2326-4966 emmanoel.campelo@cnj.jus.br
Norberto Campelo – Conselheiro CNJ, Convidado	(61) 2326-4585 norberto.campelo@cnj.jus.br
Bráulio Gabriel Gusmão – Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ	(61) 2326-4754 braulio.gusmao@cnj.jus.br
Marcelo Lauriano Lúcio – Diretor de Departamento	(61) 2326-5318 marcelo.lauriano@cnj.jus.br
Antônio Augusto Silva Martins – Chefe de Seção do PJe	(61) 2326-5398

	augusto.martins@cnj.jus.br
Flávio Abreu Amorim – Coordenador de Infraestrutura	(61) 2326-5317 flavio.amorim@cnj.jus.br
Francisco Gonçalves de Araújo Filho – Coordenador de Gestão de Sistemas	(61) 2326-5432 francisco.filho@cnj.jus.br

Pauta - Considerações - Deliberações

1ª Reunião da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura

I – Considerações iniciais

O Presidente da Comissão abriu a reunião com considerações iniciais sobre os trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão. Salientou a necessária participação de todos e a divisão de tarefas entre os membros do grupo.

O Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão falou sobre a importância da área de Tecnologia da Informação e disse que o PJe é a ação mais contundente da área de tecnologia da informação do CNJ. Também contextualizou as ações da Presidência nessa área.

O Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ, Marcelo Lauriano, fez apresentação sobre a estrutura de governança da Tecnologia da Informação no CNJ.

II – Sobre a estrutura de governança da Tecnologia da Informação no CNJ

O Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ apresentou a estrutura da governança da área de TI do CNJ.

Quanto à questão orçamentária, foi dito que de 2010 até 2015 houve investimentos da ordem de R\$ 500 mi, realizados pelo CNJ, tanto interna como externamente.

O Conselheiro Fernando Mattos indagou sobre a doação de equipamentos de informática pelo CNJ aos Tribunais de Justiça. O Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão respondeu ao questionamento e explicou as vantagens e desvantagens dessa prática, os critérios utilizados e os prazos previstos para término das doações (Res. 90, 99 e 185, todas do CNJ). O Diretor do Departamento falou sobre a importância de aprovação de Resolução que regulamente o tema e destacou que atualmente não se pode doar em período eleitoral. O DTI encaminhará por mensagem o texto da proposta de Resolução que tratará das doações de equipamentos aos Tribunais para apreciação preliminar dos Conselheiros.

O Cons. Carlos Augusto de Barros Levenhagen disse que os Tribunais de Justiça de SP e MG investem muitos recursos em informática.

O Presidente da Comissão destacou a importância dos temas, mas propôs discussão posterior, com reunião específica para tanto.

O Conselheiro Luiz Claudio Silva Allemand apresentou pedido de Diretor da Caixa, que pretende apresentar projeto para desenvolvimento conjunto com o CNJ.

Por fim, o Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ falou sobre as propostas de alteração dos atos normativos editados pelo CNJ na área de informática (Res. 90 e 99, ambas do CNJ), com destaque para a estratégia nacional de tecnologia e para a questão do quadro de servidores da área de tecnologia nos Tribunais. Essas propostas serão encaminhadas preliminarmente pelo DTI aos membros da Comissão para discussão na próxima reunião. Os Conselheiros solicitaram apresentação do TJPA do estudo que originou o quadro constante do Anexo I da minuta de resolução apresentada.

III - Sobre a Gestão de TIC no CNJ

O Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão fez explanação sobre a gestão de TIC no CNJ e ressaltou a importância da informática no auxílio à jurisdição.

Em sua apresentação, informou que o DTI cuida de 110 sistemas: Diretoria Geral - 46;

Secretaria Geral – 18; Presidência, Corregedoria e Gabinetes – 46. Há 15 sistemas a serem extintos.

Os sistemas têm os seguintes objetivos: manutenção do órgão, indução de políticas, coletor de informações, fiscalização do sistema, apoio à jurisdição.

Os sistemas utilizados no âmbito jurisdicional são: BACENJUD, SIMBA, CSS, RENAJUD, INFOJUD, INFOSEG, SERASAJUD.

O CNJ estabeleceu padrões importantes para os Tribunais: numeração única dos processos; sistema geral de tabelas; modelo nacional de interoperabilidade.

São sistemas do CNJ, entre outros:

- Escritório digital – elaborado em cooperação com a OAB. Trata-se de portal com uma só interface de acesso ao Judiciário pelos advogados (depende da implantação do MNI), sem prejuízo do uso de cada sistema individualmente. O sistema está sendo utilizado de modo experimental;
- Videoconferência - criado para agilizar o trabalho dos magistrados, por meio dele é possível conectá-los em reuniões ou audiências, sem possibilidade de gravação, momentaneamente;
- SEEU - sistema que está sendo construído para centralizar todas as informações sobre a execução penal no Brasil e auxiliar o trabalho de gestão do cumprimento das penas, por parte dos juízes. Há estudo para edição de Resolução sobre execução penal, a ser controlada por meio desse sistema;
- Cadastro de Conciliadores e Mediadores;
- Conciliação *on line*;
- Audiência de Custódia.

IV – Sobre o PJe

O Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão informou que o PJe está implantado nos seguintes Tribunais: 24 TRTs, 17 TJs, 2 TJM, TSE, CNJ, TRF1, TRF3 e TRF5. Deve ser implantado no STF em breve. Igualmente, foi abordado o tema da relativização do uso do PJe (STJ, TRF2, TRF4, TJSP, TJPR, TJAL, TJSC, etc.).

Os projetos são:

- Projeto 2.0. – revisão da arquitetura, unificação de versões, política de migração de versões, modelo de desenvolvimento, padrões de UX (usabilidade, acessibilidade, etc.);
- Novo modelo para fluxos;
- MNI 3.0.;
- Assinador digital;
- e-Carta;
- Plenário virtual;
- 2º grau para TJ e TRF;
- Consulta jurisprudência;
- Módulo criminal;
- Precatórios;
- PJe off line;
- Carta precatória.

São ações estruturantes do PJe: portal específico do PJe; portal e política MNI; implantações e sustentações; capacitação; nuvem PJe.

O Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão falou ainda sobre a 1ª sessão do Plenário Virtual, ressaltou as mudanças a serem feitas para aprimoramento do sistema e as falhas a serem sanadas.

Por fim, foi apresentado o projeto Maratona PJe.

V – Considerações finais

O Presidente da Comissão tratou sobre tema a ser deliberado pela comissão: o Deputado Federal Waltenir Pereira (MT) conseguiu inserir no orçamento do CNJ mais de R\$ 40 mi para utilização em informatização do TJMT. Nesse caso, o CNJ tem que executar e controlar o uso da verba. O Min. Ayres Britto havia recomendado que os Presidentes dos Tribunais não utilizassem essa prática, mas o Presidente Ricardo Lewandowski disse ao TJMT que a nova composição da Comissão de TI avaliaria a possibilidade de atendimento do pleito. A Comissão decidiu que parte da verba pode ser liberada, a depender do estudo minucioso dos materiais a serem adquiridos, sempre com o controle e execução por parte do CNJ, havendo voto contrário do Conselheiro Luiz Cláudio Silva Allemand. Na próxima reunião, o Juiz Auxiliar Bráulio Gusmão apresentará este levantamento para análise e deliberação definitiva da Comissão.

VI – Próxima reunião: 11/11/2015, às 9h.

Pauta:

- Apresentação do estudo elaborado pelo Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação, Marcelo Lauriano, sobre as propostas de alteração dos atos normativos editados pelo CNJ na área de informática (Res. 90 e 99, ambas do CNJ);
- Acessibilidade para deficientes;
- Delegação de tarefas entre os membros da Comissão (PJe e novo CPC; BacenJud).
- Liberação de verba para o TJMT;
- Procedimentos sobre a relativização da Resolução nº 185/2013.

--